

sugere que decisões sejam feitas ad referendum; o conselheiro Beto sugere que se tiver alteração substancial que seja convocada uma extraordinária; Encaminhamentos: o Edital foi aprovado com o formato apresentado e as informações, e posteriormente outros editais serão publicados complementando-o. Fica deliberado o ad referendum em relação a Comissão Especial do Processo de Escolha e caso tenha alterações substanciais que seja convocada uma plenária extraordinária. Item 5 – Conferências regionais do direito da criança e adolescente: a presidente Adriana relembra as datas que serão realizadas as Conferências e explica os empecilhos e o que tem sido feito para que as conferências ocorram nas datas prováveis. Destaca que toda a produção de arte já foi realizada (para as 5 conferências), e que é necessária uma resposta da Secretaria da Educação sobre o local. Explana a necessidade do Conselho e a importância do processo de Conferência, onde envolve todos os Conselheiros e seus Suplentes. E afirma que foi feita uma divisão da Comissão para gestão da Conferência. Solicita ajuda dos Conselheiros para conseguir alimentação para o dia da Conferência. Faz apelo para a participação dos Conselheiros nessa atividade e auxiliando nos grupos; o conselheiro Paulo explica a dinâmica do World Café e como funcionará a Conferência; a conselheira Daisy insiste que os conselheiros devem ser convocados; a conselheira Claudia Maya sugere que coloque um conselheiro pelo menos para participar de cada uma das Conferências; o conselheiro Coracy pontua a importância da relatoria seja feita pelos conselheiros; o conselheiro Beto sugere pelo menos um conselheiro em cada grupo, e questiona se não teriam como conseguir uma equipe da Secretaria; a presidente Adriana indaga se algum conselheiro teria objeção para serem escalados para os grupos dia 06 e dia 22 de junho; conselheiro Lauro se compromete a levar duas pessoas com ele; a presidente Adriana pontua que a Secretaria entraria em contato com os conselheiros, e caso demande substituição, será feito agregação ou remanejamento, preservando assim dois em cada grupo; o conselheiro Jairo afirma que não poderá estar presente nas duas primeiras conferências mas se compromete a estar nas últimas; a presidente Adriana afirma oficial todas as instituições da região, e questiona se a divulgação poderá ser feita pela Secretaria de Educação; o conselheiro Beto ressalta a importância para garantia da alimentação; a conselheira Daisy sugere uma reunião prévia com os conselheiros; o conselheiro Júlio sugere uma conversa com as igrejas; o conselheiro Jairo ressalta que seria interessante um contato com o Sindicato Patronal das Escolas Particulares para fazerem a divulgação do material e convidar para a participação nas Conferências; a conselheira Cláudia Maya está preocupada com a mobilização, sugere fazer um esforço para mobilizar para os dois eventos; o conselheiro Beto relata que já foram feitas dez conferências livres em São Sebastião; a presidente Adriana pede o encaminhamento dos relatórios ao CDCA; o Secretário Executivo Rokmgelhe pontua duas coisas de suma importância: os conselheiros precisam ler o material orientador do CONANDA que já foi enviado, e será reenviado. E a segunda é que as Conferências Livres precisam ser enviadas para a Secretaria Executiva para serem analisadas pelo Conselho; a presidente Adriana sugere sistematizar as regionais e as livres para a Distritais, e relembra que estão estendendo o prazo para entrega dos relatórios, mas não pode prejudicar a Distrital; a presidente Adriana ressalta a necessidade de mobilização em relação a alimentação, e pede engajamento de todos na participação; Encaminhamentos: encaminhar novamente o documento do CONANDA com as perguntas orientadores aos conselheiros. Marcar data para reunião anterior a primeira Conferência com os conselheiros. Oficiar o Sindicato Patronal das Escolas Particulares das Escolas Particulares para mobilização da Conferência no Gama. Colocar no site do CDCA os documentos orientadores. Item 6 – Projetos de Lei 821/15 (Primeira infância), 267/15 E 77/15 (Fundo): a presidente Adriana relata que esses projetos já estão em pauta, que o 77 está na Comissão de Direitos Humanos. Sugere oficial a Câmara Legislativa, a liderança de governo, a presidência com o intuito de relatar que esses projetos não sejam encaminhados à apreciação sem ser remetidos ao CDCA. Sugere encaminhar a Comissão de Legislação para serem apreciados; o conselheiro Júlio informa que pode ir direto a Comissão, não precisando ir ao Relator; Encaminhamento: encaminhar para a Comissão de Legislação fazer a apreciação dos Projetos de Lei. Oficiar a Câmara Legislativa, a liderança de Governo, os relatores e a Comissão. Item 7. Relatoria de Processos de Registro - I. Processo de Relatados. a conselheira Cláudia Leite (ABRACE) relata o processo 00417-00034683/2018-26 da Associação Brasileira de Autismo, Comportamento e Intervenção - ABRACI - DF (Renovação), e informa que ficam localizados no Cruzeiro, em um local pequeno, e trabalham com cinquenta crianças e adolescentes. São acompanhados por psicólogos com atendimento especializado, com aula de música aos sábados. Atualmente vivem de apadrinhamento e colaboração das crianças, também fazem ações sociais como jantares, bazares, e venda de suvenires. A instituição conta com alguns voluntários, com a presente estrutura de duas salas de atendimento e um local externo. O parecer da conselheira é favorável, e que se encontram com a documentação favorável informa situação: DEFERIDO.; II. Processos não relatados: a conselheira Júlia (Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP) processo nº 0417-00006027/2017- 52 – Instituto de Bombeiros de Responsabilidade Social - IBRES (Concessão), e informa que o regime de atendimento da instituição seria enquadrado como entidade de assessoramento e não como atendimento direto. Trabalham com parceria e fazem doações e buscam assessoras outros projetos. A instituição da apoio a projeto da Saúde, e estavam aguardando concessão o registro para estabelecer termos mais formalizados de parceria. DEFERIDO. III. O conselheiro Paulo (Inspetoria São João Bosco) relata o processo nº 0417-00033884/2018- 14 do Instituto Bataucar, e informa que tem um parecer favorável. APROVADO. IV. Processos distribuídos: processo nº 00417-00029652/2018-53 – (Hotelzinho São Vicente de Paulo de Planaltina) (Concessão) para o conselheiro representante da instituição Obras Sociais Centro Espírita Irmão Áureo. Item 8. Encaminhamentos: oficial pelo CDCA um pedido de informação, sobre a Assistência Social, ao CAS. O pleno aprova a resolução que trata sobre as Unidades de Acolhimento.

O Conselho aprova Edital com o formato apresentado e informações, e posteriormente ficando decidido que outros editais serão publicados complementando-o. Fica deliberado, também, o ad referendum em relação a Comissão Especial do Processo de Escolha, mas caso tenha alterações substanciais, que seja convocada uma plenária extraordinária. Solicita-se que seja encaminhado o documento do CONANDA com as perguntas orientadoras aos conselheiros. Designar data para reunião anterior a primeira Conferência com os conselheiros. Oficiar o Sindicato Patronal das Escolas Particulares das Escolas Particulares para mobilização da Conferência no Gama. Colocar no site do CDCA os documentos orientadores. Encaminhar para a Comissão de Legislação fazer a apreciação dos Projetos de Lei 821/15, 267/15 e 77/15. Oficiar a Câmara Legislativa, a liderança de Governo, os relatores e a Comissão. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às treze horas e trinta minutos, a presente ata foi lavrada por Amanda Leite Ferreira – Diretoria de Normas e Comissões do Conselho de Direitos da Criança e Adolescente – CDCA/DF que vai assinada pela presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ADRIANA BARBOSA ROCHA DE FARIA
Presidente do CDCA/DF

ATA DA 297ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, no auditório da Secretaria de Estado de Justiça do DF, Brasília/DF, às nove horas, ocorreu abertura oficial da 297ª Reunião Plenária Extraordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF, sob a Presidência do Sra. Adriana Barbosa Rocha de Faria. Representantes Governamentais presentes: Demontê Alves Batista Filho como representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS; Ivana Ribeiro Novaes como representante da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES; João Miguel Gonzaga de Souza como representante da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal - SECUL; Paulo Dubois Sobrinho como representante da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal - SEE; Fabiano Carvalho dos Santos como representante da Secretaria de Estado de Juventude do Distrito Federal - SEJUV; Cleidison Figueiredo dos Santos como representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal; Ana Paula Soares Marra como representante do Gabinete do Governador (Governadoria); Nathalia Teixeira como representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP; Júlio César Lima e Rosely Soares Antunes como representantes da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal; Grazielle Soares Mariano como representante da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal; Daniel Rocha Pereira como representante da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR; Representantes da Sociedade Civil presentes: Cláudia Guimarães Leite como representante da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias - ABRACE; Paulo Henrique Pereira Farias como representante da Inspetoria São João Bosco - CESAM/DF; Gláucia de Oliveira Lima como representante do Instituto Cláudio Coelho de Tae-Kwondo / ONG Fazer Valor; Marcia dos Santos Barbosa como representante da Visão Social; Alceu Avelar de Araújo como representante do Instituto Bataucar; Coracy Coelho Chavante como representante do Coletivo da Cidade; Jairo de Souza Junior como representante do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal - SINPROPE/DF; Milda Lourdes Pala Moraes e Patrícia Andrade Santiago Silva Mello como representantes do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA; Francisco Rodrigues Corrêa e Getúlio Francisco Silva como representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Distrito Federal – SINTBREF/DF; Edson Ferreira como representante da Obras Sociais Centro Espírita Irmão Áureo; Alexandra Pereira Pompeu como representante Aldeias Infantis SOS Brasil. Ausentes: representante da Associação Cristã dos Moços de Brasília - ACM; representante da Rede Urbana de Ações Socioculturais Ruas; representante do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultura do Governo do Distrito Federal - SINDISASC/DF; representante da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDEST/DF; representante da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEED; representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Distrito Federal - SEDRM; representante da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal - SETRAB - SEM. Demais Participantes: Rokmgelhe Vasco Santana, Secretário Executiva do CDCA; Leslie Marques de Carvalho como representante do Ministério Público do Distrito Federal-MPDFT/PDIJ. Item 1- Abertura: O Vice-Presidente do CDCA/DF abre os trabalhos da 297ª Reunião Plenária Ordinária. Item 2 - Informes e deliberações da Presidência. I. Inclusão e inversão de Pauta: O conselheiro Francisco solicita a inclusão da moção aprovada na Conferência Distrital na pauta da Plenária 297; o conselheiro Paulo pede inclusão o “Apoio do Conselho a Aprendizagem” na pauta; a conselheira Milda pede a inclusão dos “Projetos das Instituições” na pauta. Encaminhamento: pauta aprovada. ; II. a presidente Adriana relata a importância que foi a realização da Conferência, que apesar das dificuldades na elaboração, foi realizada, entregando as propostas a serem encaminhadas para a Nacional. Pontua que existem três processos a serem executados no ano de 2019 de extrema importância ao CDCA: o Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, as Conferências e um Edital. Sugere trabalhos voltados ao Edital para que o mesmo seja o mais eficiente possível, com agilidade na utilização dos recursos, pois se preocupa com a execução do fundo, sendo esse um desafio para todos. Gostaria de fazer um apelo, já que por estarem a um mês das eleições do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, onde esse é um mês de intenso trabalho para todos (Secretaria Executiva, Conselheiros e Subsecretaria da Criança), solicita que após a reunião do

Conselho de Administração do Fundo (quarta-feira) todas as reuniões das Comissões sejam canceladas, incluindo a Plenária. Gostaria de contar com a sensibilização de todos, pois é um processo do CDCA; a conselheira Milda sugere que seja dialogado com o Ministério Público uma convocação nos moldes das últimas eleições, com implicação a aqueles que não compareçam, onde se preserve a presença dos Conselheiros de Direito na participação do processo de Escolha; o conselheiro Beto concorda com a fala da conselheira Milda e complementa que o processo não é só dos Conselheiros titulares, é também dos suplente. Sugere uma reunião Plenária para alinhamento das questões do Processo de Escolha; a presidente Adriana sugere como pauta exclusiva o “Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares” na reunião Plenária de Setembro; a conselheira Patrícia pontua a importância de uma organização prévia; a conselheira Milda sugere a Plenária do dia 24 de Setembro com pauta exclusiva para o processo de escolha e informar todos os conselheiros a estarem de sobreaviso na sexta e sábado que antecederão as eleições; a presidente Adriana encaminha a Secretaria Executiva que a mesma informe a todos os conselheiros e suplentes que as reuniões de comissões serão canceladas e que a reunião plenária será voltada ao Processo de Escolha; a conselheira Milda pontua a necessidade dos Conselheiros de Direito de terem identificação; o Secretário Executivo Rokmgelhe esclarece que a única Conselheira que entregou a foto solicitada anteriormente para a identificação foi a conselheira Milda; a presidente Adriana solicita a Secretaria Executiva encaminhamento de comunicado sobre a identificação dos conselheiros. Por fim, a presidente convida a todos a participarem do lançamento da campanha do Setembro Amarelo, reforçando a importância da presença de todos. Relata que durante o mês de Setembro ocorrerão programações e as expõe. Encaminhamentos: fica deliberado pelo Pleno que, após reunião do Conselho de Administração do Fundo a ser realizada, as reuniões das Comissões Temáticas ficam canceladas, preservando apenas a Plenária do mês de Setembro com pauta exclusiva voltada ao Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares. Delibera-se que a Secretaria Executiva deve informar a todos os Conselheiros Titulares e Suplentes sobre os cancelamentos das reuniões, a convocação para participação no Processo de Escolha e comunicado sobre a identificação dos mesmos. Item 3 - Informes e deliberações da Secretaria Executiva: I. o Secretário Executivo Rokmgelhe relata que a Secretaria Executiva recebeu e-mail do CONEN solicitando indicação para o Grupo de Trabalho, onde já teria sido demandado pela presidente Adriana e agora sendo formalizado via e-mail; a presidente Adriana questiona se algum conselheiro teria interesse de participar do CONEN e faz esclarecimento de dúvidas; a conselheira Márcia coloca-se a disposição para participar do CONEN; a conselheira Ivana esclarece que tem uma série de atividades e precisa saber a dinâmica de funcionamento; a presidente Adriana sugere colocar o conselheiro Ivana como titular e o conselheiro Fabiano como suplente. Encaminhamento: fica deliberado como participantes do Grupo de Trabalho o CONEN: as conselheiras Márcia e Ivana como titulares e os conselheiros Caio e Fabiano como suplentes. II. Moções aprovadas na Conferência Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente: o conselheiro Francisco pede a inversão de pauta pois existe público externo na plenária demandando; a presidente Adriana faz a inversão de pauta e abre fala ao Projeto Girassol; o primeiro representante do Projeto Girassol explica o projeto e a importância do seu trabalho. Após fala, faz um apelo de prorrogação do ano para os projetos continuarem ativos; o segundo representante do Projeto Girassol reforça a questão da ampliação do tempo de execução do Fundo para além dos 12 meses. Sugere a aprovação de projetos para o mesmo público da região administrativa, e solicita prorrogação dos projetos considerando a importância para as crianças daquela região; o terceiro representante do Projeto Girassol relata que gostaria muito que o projeto continuasse, e ressalta a beleza do que está sendo realizado; o representante do Projeto Mais Cidadania pontua a importância do seu projeto e expõe o quanto foi ajudado pelo mesmo; o representante do Projeto Redes relata o trabalho realizado pela instituição e sua importância; a presidente Adriana agradece a colaboração de todos e destaca que todos no Conselho reconhecem a importância desses projetos, também ressalta que o ideal seria que tivessem vários outros projetos a fim de ampliação do atendimento. Vislumbra que desburocratizar o Fundo, ampliando o máximo de acesso e facilitando o acesso aos recursos do mesmo seria uma saída, mas que tudo que envolve recurso público, deve observar algumas questões legais e de editais. Esclarece que o edital é lei e que existe em específico para a liberação de recurso para esses projetos. Sugere avaliar a questão solicitada e a viabilidade da mesma, e se caso exista, poderá ser feita. Sugere também assumir o compromisso para o lançamento de um novo edital; a conselheira Milda se sente orgulhosa em fazer parte dos três projetos, relata que estão promovendo aos adolescentes 300h de aprendizado dentro dos Direitos Humanos, e que estão passando por quase todas as temáticas que dizem respeito. Pontua que é um trabalho muito expressivo e muito importante para São Sebastião, pela beleza e pela essência que está sendo ramificado, além das histórias de vias que estão “por trás” desses adolescentes. Concorde que se existe recurso no Fundo, e até mesmo com o auxílio o conselheiro Júlio, e se tem dispositivos legais no âmbito do Edital, no Termo de Cooperação, DA Mirosc, deve-se ver sim a possibilidade de ampliação desses três convênios. Faz apelo ao CDCA no sentido que possam-se fazer todos os esforços possíveis para que esses projetos sejam prorrogados; o conselheiro Francisco relata o seminário realizado em São Sebastião que foi esclarecer para entender o “nascimento” desses projetos e a demanda que a comunidade tem. Solicita a possibilidade de levar a pauta para o Conselho de Administração do Fundo, até mesmo para uma análise de projetos para além de São Sebastião; a presidente Adriana agradece os debates; a conselheira Patrícia sugere reunião conjunta com a Comissão de Legislação; a conselheira Ana Paula questiona o prazo da possibilidade; a conselheira Milda sugere que após análise de possibilidade jurídica seja deliberado pela prorrogação; a presidente Adriana sugere a avaliação para além das instituições apresentadas, pois acredita que não teriam condições de definição sem análise

de outros projetos; o conselheiro Francisco concorda com a fala da presidente Adriana; a presidente Adriana sugere, caso necessitar, marcação de reunião extraordinária sem prejuízo de ser encaminhado a AJL; o conselheiro Júlio sugere encaminhar a AJL previamente para saber as condições legais; a conselheira Milda sugere colocar na pauta de próxima plenária; a conselheira Gláucia acredita que se deve contemplar e atender sem esquecer das outras instituições; a presidente Adriana pede questão de ordem e ressalta que a reunião do CAF foi mantida; o conselheiro Coracy acredita que não há impedimentos; a conselheira Milda relata que a questão foi referente a uma moção aprovada na Conferência, proposta feita pelas instituições que estiveram presentes. Todas as instituições tiveram a possibilidade de participar e essas que apresentaram a moção tiveram presentes. Encaminhamento: encaminhar ao Conselho de Administração do Fundo - CAF a possibilidade de prorrogação de projetos e após análise, avaliação da AJL. III. Projeto “Aprendiz”: a representante do Projeto agradece a oportunidade de fala, e pontua a preocupação que se tem com os adolescentes no contexto político atual. Relata que foi feita uma apresentação de documentos para uma validação de funcionamento. Explica que o programa Aprendiz é pautado na lei de aprendizagem e prevê que todos adolescentes e jovens têm direito a uma vaga em empresas. Porém, explica que está tramitando um projeto de lei que aparentemente terá uma redução de cota. Pleiteia buscar fortalecimento juntamente ao CDCA para que possam promover um seminário de sensibilização com a temática; a presidente Adriana esclarece que todo pedido ao Conselho deve ser encaminhado proposta formal; o conselheiro Fabiano explica que existe o projeto Jovem Candango como forma de inclusão desses jovens; a conselheira Patrícia propõe como encaminhamento: entrega de projeto básico para uma reunião conjunta da Comissão de Formação e Mobilização juntamente a comissão de Políticas Públicas e após análise, remeter a plenária seguinte. Encaminhamento: o projeto deve encaminhar Projeto Básico a ser analisado em reunião conjunta das Comissões de Política Pública e Formação e Mobilização, e em seguida, remeter a Reunião Plenária. Item 4. Informes das Comissões - I. Comissão Especial do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares – a. Avaliação do Processo de Escolha: O conselheiro Cleidison relata o levantamento de dados sobre a aprovação dos candidatos no Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares. Expõe sobre a reunião de esclarecimento dos candidatos e explica a questão de falta de fotos nas urnas, mas pontua que uma solução está sendo pensada. Apresenta o site do Conselho Tutelar e a cartilha “Pode e Não Pode”; a conselheira Cláudia questiona se os conselheiros terão que trabalhar no dia das eleições e quando ocorrerão os treinamentos; o conselheiro Cleidison explica que a comissão está com vídeos de treinamentos realizados pelo TRE, os treinamentos dos mesários da SEJUS já foram iniciados; a presidente Adriana reforça que será realizada uma convocação para os 90 conselheiros que compõe o CDCA, para que esses trabalhem nas eleições; a conselheira Milda questiona como serão realizadas as denúncias; o conselheiro Cleidison explica a logística adotada pela comissão onde será produzido um relatório, apresentando assim o luxo de denúncias; o conselheiro Francisco percebe a evolução do processo como um todo, principalmente por conta da participação do TRE no processo. Pontua a importância da Associação dos Conselheiros Tutelares ter ficado ao lado do Conselho, e por fim questiona sobre a divulgação e previsões; a presidente Adriana expõe os grandes esforços que estão sendo realizados para uma melhor divulgação e mídia; o conselheiro Cleidison explica que existe previsão de mídia para o mês atual; o conselheiro Coracy relata os cuidados adotados nas divulgações para evitar fake news. Sugere que a Comissão de Legislação pense em resoluções que “amarrem” o processo com os próximos governos; a conselheira Milda acredita que em algumas regionais possa existir alguns problemas na divulgação das informações sobre as eleições (locais de votação), e sugere pensar nas estratégias de comunicação; a presidente Adriana informa que solicitou aos candidatos que sempre informem seus eleitores sobre o processo e que a imprensa tem sido pautada sobre todas essas questões; o conselheiro Jairo pede uma maior preocupação em relação ao decreto do deputado Delmaço juntamente a procuradoria; a presidente Adriana reforça a fala do conselheiro Jairo e pede empenho de todos os conselheiros nesse processo. II. Comissão do Processo de Conferências: o conselheiro Paulo relata sobre a Conferência Distrital que ocorreu nos dias 23 e 24 e relembra todo o processo, já informado nas últimas plenárias, que foi para acontecer a mesma. A alimentação foi garantida prioritariamente para as crianças e adolescentes no primeiro dia, no segundo dia todos tiveram a alimentação garantida. O local de prévio acordo com a UnB não foi viabilizado então houve mudança de última hora. Foi um quantitativo de 240 crianças e adolescentes participantes, com um número expressivo de crianças do socioeducativo. Ficou deliberado em pleno que as propostas seriam sistematizadas pela Comissão de Conferências e após sistematização, as propostas seriam revisadas juntamente aos delegados. O conselheiro ressalta a importância da participação efetiva de adultos e que infelizmente não ocorreu. Pontua que apesar da fragilidade na elaboração da Conferência, ela foi realizada, mas gostaria de apontar a ausência dos conselheiros de direito que são responsáveis pela elaboração da mesma; o conselheiro Francisco solicita ponderação e avaliação a esse processo, acredita que foi feito o que daria para ser e que acredita que teve uma evolução na participação. Acredita que devam evoluir na metodologia nas conversas com adolescentes até para se ter um diagnóstico a respeito do Distrito Federal. Parabeniza a equipe da Conferência pois apesar de toda a dificuldade existente ainda a realizaram; a conselheira Milda parabeniza a comissão organizadora (Comissão de Conferências, Secretaria Executiva e Subsecretaria da Criança e do Adolescente) pois acredita que o melhor foi dado para a elaboração da Conferência; Segundamente pontua que devem todos ser bastante críticos com os avanços, devem aprender a escutar, acha bastante desagradável não ter presença de adultos nas falas desses adolescentes. Relata que tiveram a presença de 200 adolescentes e muitas vezes esses acabaram falando para eles mesmos, sem a presença de adultos para escutar essas falas. Acha inadmissível que

em 3 anos não se podem tirar dois dias para escutar tais clamores e necessidades desses; o conselheiro Coracy acredita que o processo de crítica é importante para evolução, faz coro com a crítica da Milda e reforça a ausência dos Conselheiros de Direito e Tutelares. Acredita que precisa-se consolidar esses processos de suporte para essas ações, pensar o que se consegue pensar para construir nesses processos de forma mais consolidada. Pensa numa linha de investimento do Fundo para ressaltar a participação das crianças e dos adolescentes, e por fim, parabeniza a Conferência; o conselheiro Paulo pontua que muitas propostas foram remetidas a Comissão de Políticas Públicas e sugere que muitas sejam remetidas para análise juntamente ao próximo edital; a presidente Adriana resalta a importância das falas dos conselheiros, e acredita que deve-se repensar a forma de diálogo com as crianças e adolescentes. Cabe ao CDCA abrir fala para criança e adolescente. Pensa em seminários e encontros para ter uma maior interação com as crianças e adolescentes. Na sua avaliação como todo, foi feito tudo que foi possível e por fim, o papel do Conselho foi concluído. Pontua a falta que fez a ausência dos Conselheiros. Relata que se preocupa que as crianças e adolescentes entre em ciclo de diálogos violentos e extremamente combativos. Entende que existe diferença em ajudar e estimular diálogos, já que vislumbrou diversos diálogos agressivos até mesmo aplaudidos por alguns; o conselheiro Coracy pontua que algumas funções nos colocam no “papel de chato”. Sabe que coordenar todo o processo é bastante complicado, mas acredita que é um processo de amadurecimento. III. Conselho de Administração do Fundo: o conselheiro Júlio pede maior participação e presença dos conselheiros nas reuniões que muitas vezes acabam sendo canceladas por falta de quórum. Pede desculpa pela ausência na Conferência; o conselheiro Jairo apresenta os dados dos dois últimos anos de recursos disponibilizados e executados do fundo. Explica que precisa-se encontrar uma forma de executar e acredita que deve-se publicar outro edital com urgência. E ver urgência na definição de data da reunião com todas as instituições que apresentaram projetos; o conselheiro Coracy questiona como a Subsecretaria poderia contribuir. Propõe um eixo de protagonismo e participação dos adolescentes e questiona o que poderia ser feito para fortalecer a estrutura da Secretaria Executiva. Se dispõe a coordenar para realizar a reunião juntamente às instituições; a presidente Adriana explica que a utilização do fundo é mais complexa do que apenas falta de material humano, deve-se fazer diagnóstico do que tem que ser melhorado pois todos têm interesse em facilitação de acesso ao fundo. Valida a importância da reunião com as entidades, mas acredita que não dá para ser uma prioridade no momento atual já que toda a eleição dos Conselheiros Tutelares é operacionalizada dentro da Secretaria Executiva. Caso seja realizada antes do dia 06 de outubro, que seja operacionalizada exclusivamente pelos Conselheiros de Direito; o Secretário Executivo Rokmgelhe afirma que de fato a questão do fundo é complexa e devem-se pensar de forma mais ampla, se não tiver um planejamento a longo prazo, sempre estarão “apagando fogo”. Precisa-se da desburocratização do registro no Fundo, devem simplificar o processo, precisam de regulamentação mais simplificada dos processos. Se não trabalharem com agilidade, continuarão trabalhando da forma que está ocorrendo e não irá ter evolução; o conselheiro Alceu compreende a demanda da Secretaria Executiva, mas pontua que a reunião foi deliberada. Questiona se não teriam como realizar só com a Sociedade Civil que é a maior interessada e julga algo importante; a conselheira Milda pontua que os mesmos pontos são levantados todas as reuniões pois vê que os processos não estão parados, mas não estão evoluindo. Observa uma falta de eficiência por conta de uma conjuntura, que está em deficiência por conta de uma estrutura que mudou, a mesma estando inadequada para a realidade atual. Acredita que deve-se repensar na estrutura, ampliando a capacidade operacional do Conselho. Para tanto, deve-se parar, estudar processos, desenhar e propor. Propõe viabilidade de uma consultoria externa com recursos do fundo; a presidente Adriana acha interessante a fala da conselheira Milda e acredita ser bastante viável a consultoria externa; a conselheira Patrícia questiona qual trâmite para ser realizado; o Secretário Executivo Rokmgelhe relata que precisa-se criar um plano de trabalho que é submetido ao CAF, após aprovação, elabora-se o termo de referência, que ao ser aprovado podem pensar em contratação direta; a presidente Adriana resalta a prioridade do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares em relação aos outros pontos relevantes, e que caso aconteça algo que atrapalhe o processo ou o torne inviável, é responsabilidade do CDCA. Encaminhamento: realização de reunião conjunta, após dia 06 de outubro, do Conselho de Administração do Fundo juntamente as instituições. Fica a conselheira Gláucia responsável em elaborar proposta para avaliação do projeto básico para contratação a ser levado para próxima plenária. IV. Comissão de Políticas Públicas: o conselheiro Alceu relata o projeto “Oficina de Xadrez”, pontua que a Comissão realizou análise do mérito do projeto e expõe seus objetivos. A Comissão deliberou pela APROVAÇÃO, e recomendou a ampliação do projeto para as outras unidades de internação. Encaminhamento: O pleno deliberou como APROVADO o projeto “Oficina de Xadrez”. Item 5. Encaminhamentos: fica deliberado pelo Pleno que, após reunião do Conselho de Administração o Fundo a ser realizada, as reuniões das Comissões Temáticas ficam canceladas, preservando apenas a Plenária do mês de Setembro com pauta exclusiva voltada ao Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares. Delibera-se que a Secretaria Executiva deve informar a todos os Conselheiros Titulares e Suplentes sobre os cancelamentos das reuniões, a convocação para participação no Processo de Escolha e comunicado sobre a identificação dos mesmos. Fica deliberado como participantes do Grupo de Trabalho o CONEN: as conselheiras Márcia e Ivana como titulares e os conselheiros Caio e Fabiano como suplentes. Encaminhar ao Conselho de Administração do Fundo - CAF a possibilidade de prorrogação de projetos e após análise, avaliação da AJL. O projeto deve encaminhar Projeto Básico a ser analisado em reunião conjunta das Comissões de Política Pública e Formação e Mobilização, e em seguida, remeter a Reunião Plenária. realização de reunião conjunta, após dia 06 de outubro, do Conselho de Administração do Fundo juntamente as instituições. Fica a

conselheira Gláucia responsável em elaborar proposta para avaliação do projeto básico para contratação a ser levado para próxima plenária. O pleno deliberou como APROVADO o projeto “Oficina de Xadrez”. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às treze horas e trinta minutos, a presente ata foi lavrada por Amanda Leite Ferreira – Diretoria de Normas e Comissões dos Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente – CDCA/DF que vai assinada pela presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ADRIANA BARBOSA ROCHA DE FARIA
Presidente do CDCA/DF

ATA DA 298ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro do mês de setembro de dois mil e dezoito, no auditório da Secretaria de Estado de Justiça do DF, Brasília/DF, às nove horas, ocorreu abertura oficial da 298ª Reunião Plenária Extraordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF, sob a Presidência do Sra. Adriana Barbosa Rocha de Faria. Representantes Governamentais presentes: Demontê Júlia Galiza de Oliveira como representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS; Ruth Meyre M. Rodrigues e Daniela Gomes do Nascimento como representantes da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEED; Ivana Ribeiro Novaes como representante da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES; João Miguel Gonzaga de Souza como representante da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SECUL; Cleidison Figueiredo dos Santos e Denise Rodrigues Parreira como representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal; Ana Paula Soares Marra como representante do Gabinete do Governador (Governadoria); Nathalia Teixeira Júlia Mitiko Sakamoto como representantes da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP; Júlio César Lima e Rosely Soares Antunes como representantes da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal; Ayrton de Oliveira Guimarães Filhos como representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento a Região Metropolitana do Distrito Federal – SEDRM; Grazielle Soares Mariano como representante da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal; Aureliano Reis Duare, Tatiana da Costa Corrêa Leite e Patrícia Andrade da Silva como representantes da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal – SETRAB; Eduardo Ferreira de Aguiar e Daniel Rocha Pereira como representantes da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR; Representantes da Sociedade Civil presentes: Cláudia Guimarães Leite e Lúcia de Fátima de Sá Freitas Crispim como representantes da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias - ABRACE; Caio Marcelo D’Abreu Machado Valente como representante da Rede Urbana de Ações Socioculturais Ruas; Paulo Henrique Pereira Farias como representante da Inspeção São João Bosco - CESAM/DF; Marcia dos Santos Barbosa e Delma Dias Gomes Pereira como representantes da Visão Social; Alceu Avelar de Araújo como representante do Instituto Batucar; Coracy Coelho Chavante e Francisca Soares de Sousa como representantes do Coletivo da Cidade; Jairo de Souza Junior como representante do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal - SINPROPE/DF; Patrícia Andrade Santiago Silva Mello como representantes do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA; Lauro Moreira Saldanha da Silva como representante do Centro Comunitário da Criança - CCC; Francisco Rodrigues Corrêa como representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Distrito Federal – SINTBREF/DF; Natália Rute Nascimento Santana como representante Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultura do Governo do Distrito Federal - SINDISASC; Sinésia José Pereira como representante da Visão Social. Ausentes: representante da Associação Cristã dos Moços de Brasília - ACM; representante do Instituto Cláudio Coelho de Tae-Kwondo / Ong Fazer Valer; representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Distrito Federal – SINTBREF/DF; representante do Obras Sociais Centro Espírita Irmão Áureo; representante do Aldeias Infantis SOS Brasil; representante da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDEST/DF; representante da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal – SEE; representante da Secretaria de Estado de Juventude do Distrito Federal – SEJUV. Item 1- Abertura: A Presidente do CDCA/DF abre os trabalhos da 298ª reunião Plenária Ordinária e esclarece o objetivo desta Plenária que tem sua pauta voltada ao Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, também expõe como será realizada a reunião. Item 2 - Informes e deliberações da Presidência: Informes e deliberações da Presidência. I. Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares: a presidente Adriana relata que nos dois últimos finais de semana foram realizados treinamentos voltamos aos mesários que trabalharão nas eleições. Pontua a importância da presença dos Conselheiros de Direito no Processo de Escolha, e por isso traz a necessidade da presença de tais e o treinamento desses que atuarão como “juizes eleitorais” nesse processo. Expõe os três vídeos que foram utilizados no treinamento. II. Reunião do Fórum DCA: o conselheiro Coracy relata a reunião que foi elaborada do Fórum DCA tivemos uma reunião do Fórum DCA e pontua os encaminhamentos realizados: deve-se pautar uma reunião do CDCA juntamente ao Secretário de Justiça, construção de Audiência Pública sobre: PPA, LOA E Fundo, e o CDCA deve realizar um ofício para a Câmara Legislativa com intuito na criação da comissão de análise do OCA; a presidente Adriana sugere preparar sugestões de fluxo de funcionamento e melhoramento do Fundo, também sugere uma conversa com a Diretoria de Projetos e Unidade de Gestão do Fundo com intuito de ver as sugestões e demandas que ambos setores teriam, e por fim sugere uma elaboração de pauta prévia a ser levada ao Secretário antes da reunião plenária com o mesmo. Encaminhamentos: delibera-se por